

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM PERSPECTIVA: APONTAMENTOS E QUESTÕES PARA O DEBATE¹

*Catia Grisa
Claudia Job Schmitt
Lauro Francisco Mattei
Renato Sergio Maluf
Sergio Pereira Leite*

1. Introdução

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2003 resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração nos anos 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganho maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as conseqüências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil. Partindo de uma concepção intersetorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar. O Programa adquire os alimentos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso ao

¹ O presente trabalho constitui-se num dos produtos derivados do convênio entre a ActionAid Brasil e o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no “Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)” organizado pela Actionaid Brasil e seus parceiros locais em Juazeiro (BA) nos dias 24 e 25 de agosto de 2009. Na ocasião estiveram presentes agricultores familiares, extrativistas e organizações sociais beneficiadas ou que atuam como mediadoras da implementação do PAA, incluindo o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (PI) e a Conviver do Sertão (PE). Participaram, também, do encontro gestores públicos ligados ao programa. Este seminário foi importante para verificar *in loco* muitas das questões apontadas pela bibliografia que deu base à elaboração deste trabalho. As contribuições, as dificuldades e os questionamentos feitos pelos agricultores e agricultoras beneficiários desta política pública presentes neste seminário foram muito semelhantes aos registrados pela literatura referente ao Programa em outras regiões do Brasil. No encontro foi possível observar, além disso, a capilaridade alcançada por esta política pública nas diferentes regiões do país. O programa vem sendo apropriado de diferentes formas pelos grupos sociais beneficiários, que se distinguem em termos de seu perfil produtivo, formas de organização social, mediadores e trajetória de relação com o Estado e com as políticas públicas, o que faz com que a experiência de acesso ao PAA não seja vivenciada da mesma maneira pelos distintos grupos. Algumas das dificuldades enfrentadas no acesso a essa política pública parecem ser, no entanto, bastante recorrentes. Cabe mencionar, por fim, que o seminário foi um momento oportuno de diálogo entre atores situados em lugares distintos nas políticas públicas (formuladores e beneficiários), ficando evidentes que há diferentes visões e versões da política pública.

alimento ou em situação de risco alimentar. Seu objetivo é “*garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar*” (Brasil, s/d.a). Como alude Schmitt (2005), trata-se de um Programa que integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola.

O PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero² e define-se enquanto um Programa intersetorial, tendo sido acompanhado ao longo de toda sua trajetória de formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil³. Na sua organização dispõe de um Grupo Gestor formado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, sobretudo através da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, mais recentemente, pelo Ministério da Educação (MEC). Este Grupo Gestor é responsável por definir as medidas necessárias à operacionalização do Programa. Além deste, há os gestores executores, ou seja, os Estados, municípios e a CONAB; e os gestores locais, formados pelas organizações de agricultores (cooperativas, associações etc.) e entidades socio-assistenciais que administram seus respectivos projetos. O controle social é atribuído à sociedade civil através de suas representações no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Atualmente o PAA opera as modalidades contidas no Quadro 1⁴.

Embora o PAA seja ainda um programa recente, cada vez mais tem conseguido legitimidade social nos espaços político-institucionais, junto aos movimentos sociais, organizações não-governamentais, institutos de pesquisa e academia. Partindo da concepção de que a avaliação não é, estritamente, a última fase do ciclo de uma política pública, mas sim uma fase constante no processo de elaboração e implementação de uma política, o objetivo deste trabalho é sistematizar, com base na literatura existente, as principais contribuições aportadas pelo programa e sinalizar para alguns de seus limites, fornecendo subsídios aos atores e gestores envolvidos nesta política pública.

O artigo está organizado em quatro partes principais. A primeira apresenta a importância

² O Programa Fome Zero teve maior importância e centralidade política no primeiro mandato do Governo Lula. Embora continue presente no segundo mandato, outros programas e políticas ganharam maior notoriedade neste período, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

³ O Programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei n°. 10.696, de 2 de julho de 2003, sendo atualmente regulamentado pelo Decreto n°. 6.447, de 07 de maio de 2008.

⁴ Para mais informações sobre o processo de constituição do PAA, consultar Mattei (2007a) e Muller (2007).

do PAA em termos de público atingido e recursos operados. Na segunda e na terceira parte são evidenciadas, respectivamente, as principais contribuições do PAA ao fortalecimento da agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional, e as suas principais limitações. É importante ressaltar que estas duas seções resultam da sistematização de um conjunto de avaliações do programa, onde destacamos os alcances e limites derivados da implementação dessa política. Por fim, são expostas algumas considerações sobre os elementos trazidos pela análise, sinalizando questões que demandam um esforço maior de estudo e pesquisa.

Quadro 1: Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou, por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 4.500,00.
CPR – Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.
	Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar. É operacionalizada pelas prefeituras com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 9.000,00*

Fonte: Brasil (s/d.a)

(*)Os recursos por agricultor por modalidade foram reajustados por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 através do Decreto nº 6.959 de setembro de 2009. Até então os valores eram de R\$ 3.500,00 anuais para todas as modalidades, exceto IPCL, cujo este valor era semestral. Outra alteração importante neste Plano Safra concerne ao fato de que as modalidades tornaram-se cumulativas: o agricultor que acessar a modalidade “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar” com liquidação financeira pode acessar outra modalidade cujo pagamento é em produto, podendo comercializar até R\$ 16 mil por ano (anteriormente, o limite máximo situava-se em R\$ 3,5 mil/ano ou semestre no caso do IPCL) (Brasil, 2009a).

2. O PAA em números

Desde seu início até julho de 2009, quando completou seis anos, o PAA recebeu do

Governo Federal investimentos de R\$ 2,2 bilhões para a compra de alimentos (Brasil, 2009b). Montante pequeno *vis-à-vis* ao PRONAF para o qual foram disponibilizados R\$ 13 bilhões na safra 2008/2009 (Brasil, 2007a). Contudo, como será referido na próxima seção, o PAA tem gerado importantes contribuições à segurança alimentar e nutricional e à agricultura familiar.

O Programa começou a ser executado em 2003 com recursos do MDS e em 2006 passou a contar também com recursos do MDA. A Tabela 1 apresenta os valores executados (diferenciados quanto à origem) e o número de agricultores beneficiados pelo PAA no período de 2003 a 2008⁵. De imediato, é importante destacar a predominância dos recursos oriundos do MDS, o que se explica pela participação deste ministério desde a criação do programa. De 2006 a 2008, os recursos derivados desta fonte representaram 81,61% do total. Ademais, observa-se na Tabela 1 que o volume de recursos tem crescido ao longo dos anos, exceto em 2007 quando houve redução de 7,46% em relação ao ano anterior. Em 2008 foi aplicado o maior volume de recursos desde o início do PAA (R\$ 551,20 milhões).

O mesmo movimento é percebido em relação aos agricultores familiares beneficiados (cf. Tabela 1). Em 2007 houve redução no número de agricultores beneficiados, logo atingindo em 2008 o maior público até então (156.809). Desde 2003, em termos acumulados, o programa beneficiou 629.274 unidades familiares de produção. Estimando a existência, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, de aproximadamente 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, o PAA beneficiou 3,65% deste total em 2008⁶. Trata-se de um número modesto pela importância que esta política pública possui em relação à agricultura familiar.

Tabela 1: Recursos executados com o PAA e número de agricultores beneficiados Brasil - 2003 a 2009 (valores em R\$ correntes)

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	Total
R\$ (milhões)	MDS	164,60	179,10	333,10	400,77	374,48	462,00	460,00	2.371,95
	MDA				73,68	64,57	89,20	125,40	353,00
Total		164,60	179,10	333,10	474,45	439,05	551,20	585,40	2.723,95
Nº Agricultores familiares	MDS	42.000	68.200	87.400	120.317	104.635	130.000		552.552
	MDA				27.343	22.570	26.809		76.722
Total		42.000	68.200	87.400	147.660	127.205	156.809		629.274

Fonte: MDA

** Previsão de orçamento.

De acordo com o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER, 2008), o

⁵ É importante citar a dificuldade de encontrar informações sistematizadas e uniformes sobre estes dados. Isto decorre da falta de integração entre as bases de dados constituídas pelos diversos órgãos públicos que operam o PAA (CONAB, Estados e Municípios, dispersos em vários convênios) e do fato de que mecanismos bastante similares são geridos por diferentes órgãos federados. Ao citar-se esta dificuldade, não estamos questionando, contudo, o caráter intersetorial do Programa, que, embora apresente seus limites (Delgado *et al.*, 2005; Muller, 2007), tem contribuído para o bom desempenho do mesmo.

⁶ Por sua vez, o PRONAF abrangiu cerca de 40% das unidades familiares do país em 2007 (Brasil, 2007).

volume total de alimentos adquiridos pelo PAA em 2007 foi de 232,5 mil toneladas e 203 milhões de litros de leite. Por sua vez, a safra total brasileira em 2006/07 foi de 131,75 milhões de toneladas e a produção de leite de 26,3 bilhões de litros⁷, o que significa que o PAA adquiriu 0,1% do total da safra e 0,7% da produção de leite (DESER, 2008). Isto mostra que o programa tem atingido uma porção ainda pequena em termos de mercado e sinaliza o quanto é necessário avançar para o fortalecimento da agricultura familiar e para a regulação dos mercados.

O estudo também sinaliza para o crescimento do número de pessoas beneficiadas com os alimentos obtidos pelo PAA, abrangendo em 2006 cerca de 7,42 milhões de pessoas, sendo 4,2 milhões pela “Compra para Doação Simultânea”, 775,45 mil pela “Compra Direta Local da Agricultura Familiar” e 2,44 milhões pelo “PAA-Leite” (anteriormente designada “Incentivo à Produção e Consumo do Leite”) (DESER, 2008). Estima-se que em 2007 este número superou 8 milhões de pessoas. Considerando que 55 milhões de pessoas no país encontram-se em insegurança alimentar, as ações do PAA atenderiam 15% das mesmas (DESER, 2008). Esta aproximação ilustra a importância do Programa à segurança alimentar no Brasil.

O DESER (2008) ainda fez um exercício visando demonstrar a distribuição dos recursos entre as modalidades no período de 2003 a 2007 (Tabela 2)⁸. Observa-se que 44% dos recursos tem como destino a modalidade “PAA Leite”. A importância deste instrumento também fica evidente no balanço dos seis anos do PAA, onde o “PAA Leite” abarcou R\$ 758 milhões (34,45%) dos R\$ 2,2 bilhões executados desde seu início, envolvendo 29 mil produtores e beneficiando 2,8 milhões de pessoas em 1.222 municípios (Brasil, 2009b). Segundo a Tabela 2, outra modalidade de expressiva importância em recursos é a CPR Doação, com 31% do volume total. Assim, 75% dos recursos do PAA foram aplicados em doação de alimentos às populações em condições de insegurança alimentar⁹. Como já sinalizava Delgado *et al.* (2005), pode-se observar que nestes cinco anos houve maior ênfase nas ações com este foco.

A Tabela 3 analisa a repartição dos recursos do PAA por regiões do Brasil no período 2003-2007 (DESER, 2008). De acordo com os dados, a região Nordeste foi a que mais recebeu recursos do PAA, totalizando 54%. Segundo os autores, este resultado deve-se sobretudo a modalidade PAA Leite que é operada apenas nesta região e em Minas Gerais. Este dado tem sua

⁷ Estes números referem-se à produção total brasileira, sem distinção do tipo de estabelecimento (patronal ou familiar).

⁸ Primeiramente, como ressaltam os autores do estudo, é mister esclarecer que há limites neste cálculo em função das dificuldades na obtenção dos dados (citadas acima). Comparando os números totais desta tabela aos da anterior poder-se-á observar diferenças. Estas decorrem justamente das dificuldades já aludidas. Em relação à Tabela 2, é relevante considerar ainda que, para os anos de 2003 a 2005, não está contabilizado o volume de recursos aplicado pelo MDS em conjunto com os municípios em virtude da indisponibilidade de informações (DESER, 2008).

⁹ Segundo DESER (2008), este número pode ser ainda maior dado que os produtos adquiridos pela Compra Direta e Formação de Estoque compuseram um estoque único da Conab que, em 2007, teve partes utilizadas para doação.

relevância acrescida ao considerar, como prova a PNAD (2004), que o Nordeste é a região com maior incidência de insegurança alimentar no Brasil, atingindo 53,6% da população. A região Sul foi a segunda que recebeu mais recursos do PAA (18,7%), seguida pelo Sudeste (17,9%). No que concerne aos Estados, Minas Gerais foi o maior beneficiário dos recursos (13,5%), sucedido pelo Rio Grande do Sul (11,8%), Paraíba (9%) e Sergipe (8%) (Deser, 2008). Chama atenção que estes são Estados cuja segurança alimentar é relativamente elevada, sobretudo nos três primeiros casos (PNAD, 2004). Estados com insegurança alimentar relativamente acentuada são beneficiados com menos recursos – por exemplo, Maranhão recebeu 3,8% dos recursos, Piauí 3,8% e Roraima, 0,1%. Esta é uma questão apontada por estudos e avaliações como uma limitação do Programa, porém há elementos que justificam tais resultados (ver seção 4.2).

Tabela 2: Recursos do PAA (R\$ mil correntes) por modalidade no período 2003-2007.

Modalidades	2003	2004	2005	2006	2007	Total
C. Antecipada	57.201,60	41.049,40				98.250,90
C. Direta	6.593,60	30.549,00	38.277,20	68.525,00	51.380,60	195.325,40
CPR Doação	19.509,50	51.231,70	84.947,20	152.393,90	187.445,70	495.528,00
CPR Estoque				49.952,30	44.564,40	94.516,70
PAA Leite	61.887,80	61.286,60	190.673,90	201.808,40	179.142,30	694.799,10
Total	145.192,40	184.116,80	313.898,40	472.679,60	462.533,00	1.578.420,20

Fonte: DESER (2008)

Tabela 3: Recursos do PAA (R\$ mil correntes) por região do Brasil no período 2003-2007.

Região	2003	2004	2005	2006	2007*	Total	%
Norte	12.386,90	34.943,50	16.194,20	21.017,60	22.653,30	107.195,60	6,8
Nordeste	86.833,70	92.769,30	185.183,30	251.952,30	233.651,50	850.390,10	53,9
Centro Oeste	12.239,00	3.386,10	5.760,80	10.045,90	10.566,30	41.998,00	2,7
Sudeste	15.304,90	27.195,50	63.673,30	86.927,80	90.223,60	283.324,90	17,9
Sul	18.427,90	25.822,50	43.086,80	102.736,10	105.438,30	295.511,60	18,7
Brasil	145.192,40	184.116,80	313.898,40	472.679,60	462.533,00	1.578.420,20	100,0

Fonte: DESER (2008)

*O PAA Leite foi distribuído entre as Regiões Nordeste e Sudeste proporcionalmente ao valor recebido em 2006.

3. O PAA: contribuições ao fortalecimento da agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional

Na parte que segue deste artigo são apresentadas as principais contribuições do PAA à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional. Destaca-se em especial a alteração na matriz produtiva e de consumo dos beneficiários; a articulação entre produção e consumo; a elevação dos preços, a garantia de mercado e a criação de novos mercados; e o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais. É relevante aludir que todos estes

apontamentos se expressam na continuidade do PAA. A fragilidade de muitas organizações sociais e a instabilidade política das administrações locais são alguns exemplos de fatores que confluem para ruptura e a descontinuidade do Programa, colocando “em xeque” tais resultados.

3.1 Alteração na matriz produtiva e de consumo

O PAA, nomeadamente as modalidades “Compra para Doação Simultânea” e “Compra Direta Local da Agricultura Familiar”, tem estimulado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, o que, por conseguinte, se expressa também na matriz de consumo destas famílias e das pessoas/famílias beneficiadas com os alimentos.

No que concerne às alterações na matriz produtiva, o PAA tem sido responsável por restaurar a policultura predicado de um “modo de vida camponês” (Wanderley, 1999; Seyferth, 1974). Isto porque, em muitas regiões do Brasil, a “modernização da agricultura” nas décadas de 1960-1970 conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de *commodities*, não raro, destinadas ao mercado externo, o que, por sua vez, expôs estes agricultores a contextos de acentuada vulnerabilidade social. Neste sentido, o PAA tem se destacado por incitar a diversificação da produção na medida em que conecta a oferta com uma demanda diversificada. Frutas, verduras, produtos de origem animal e processados são exemplos dos bens adquiridos pelo PAA. Segundo as avaliações, muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar os produtos locais que, até então, eram ou desconhecidos em seu valor comercial. Em pesquisa no Rio Grande do Norte, Martins e Cavalcanti (2007) observam que 42% dos beneficiários passaram a produzir novos produtos, buscando a diversificação. Similarmente, Zimmermann e Ferreira (2008, p.59) observam em Mirandiba (PE) que o PAA

Fomentó un cambio el la matriz productiva local, introduciendo legumbres y verduras nuevas, especialmente la berenjena que la población desconocía. Entre los productos que se producían poco antes del PAA están el pimentón, el tomate cereza, la betarraga, la lechuga y la zanahoria. La introducción de árboles frutales nuevos también produjo impacto en la producción local, al mismo tiempo que se revalorizaron las frutas locales (melón caxi y umbú).

Conforme Ellis (2000), a diversificação da produção agrícola e das fontes de renda reduz o efeito de uma quebra de rendimento de um cultivo na medida em que dilui o impacto em outras possíveis rendas; diminui a inconstância de rendas intra e inter-anos e o efeito da sazonalidade e, ainda, o impacto dos riscos climáticos, financeiros e outras tensões. Neste sentido, a diversificação pode ser vista como fortalecedora da autonomia das unidades familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar. Cabendo considerar, no entanto, no que se refere à introdução de novos cultivos, sua capacidade de adaptação e seus possíveis impactos sobre os agroecossistemas e a cultura alimentar local.

Referido o impacto daquelas modalidades do PAA na diversificação produtiva, é importante aludir ao estudo de Gomes e Bastos (2007) em Pernambuco sobre a modalidade “Compra Antecipada da Agricultura Familiar” (operada apenas em 2003 e 2004). Segundo os autores, o PAA não fomentou a diversificação, concentrando-se somente em culturas como o arroz, a farinha de mandioca, o feijão macaçar e o sorgo. Embora fundamental na garantia de comercialização, na geração de renda e nas estratégias das unidades familiares, esta modalidade apresentou poucos efeitos na alteração da matriz produtiva, essencial, em determinados lugares, a uma reprodução social em longo prazo. Evidências similares provavelmente podem ser notadas nas modalidades “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar” e “Incentivo à Produção e Consumo do Leite”. A primeira enfatiza mormente a comercialização da produção pelos grupos de agricultores, envolvendo, geralmente, um conjunto menos diversificado de produtos por operação. A segunda, apesar de suma importância econômica às regiões produtoras e à segurança alimentar e nutricional dos produtores e beneficiários, incide somente sobre um produto, o leite.

Além da diversificação estimulada por algumas modalidades, o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apóia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade, aproveitamento dos recursos locais, utilização de sementes crioulas¹⁰ e respeito à diversidade cultural e aos saberes locais. Com efeito, o Programa oferece um incentivo de preço de até 30% para os produtos com atestado de produção segundo tais sistemas de manejo. Em diagnóstico do PAA elaborado por Cordeiro (2007) envolvendo todas as regiões do Brasil¹¹, a autora evidencia que 34% dos entrevistados declararam-se como produtores agroecológicos ou orgânicos ou em transição para tais sistemas. A autora chama atenção, todavia, para o fato de que os dados gerados pela oficinas realizadas no contexto do processo de documentação participativa do PAA devem ser utilizados com cuidado, evitando generalizações para o conjunto do programa (Cordeiro, 2007, p. 3). Os casos do PAA em São Lourenço do Sul e Pelotas (RS) são emblemáticos neste sentido, pois toda a produção adquirida pelo Programa é produzida de maneira agroecológica (Surita, 2004).

Ademais, o PAA incentiva a produção e o consumo de alimentos regionais. Isto significa o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vinham sendo

¹⁰ No que se refere especificamente às sementes crioulas ou comerciais, (preferencialmente não híbridas) produzidas pela agricultura familiar, a Resolução nº 08/2003 do Grupo Gestor do PAA autoriza a compra e doação das sementes através dos mecanismos previstos pelo programa, como forma de estimular a produção, intercâmbio e comercialização destas sementes pelos agricultores familiares entre si, com vem sendo feito no caso dos bancos de sementes.

¹¹ Trata-se de um diagnóstico que envolveu seis oficinas realizadas nas regiões Centro Oeste, Nordeste, Sudeste, Sul e duas no Norte (Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental). Estiveram presentes 538 pessoas, dos quais 353 diretamente envolvidos com o PAA (fornecedor, organização proponente e representante da instituição beneficiária), 100 técnicos da CONAB e 85 convidados de outras instituições que participaram na categoria de observadores.

esquecidos ao longo das gerações, muitas vezes em função de serem concebidos como “atrasados” e/ou ainda em decorrência de um crescente processo de mercantilização da agricultura (Ploeg, 1992), que adentra até mesmo a esfera da produção de alimentos para o consumo próprio (Gazolla, 2004). No norte de Minas, por exemplo, o PAA tem contribuído para a geração de renda através do aproveitamento das frutas nativas do Cerrado (Carvalho, 2007). Em Tenente Portela (RS), outro exemplo, o PAA auxiliou a revitalizar os moinhos coloniais, uma marca da agricultura familiar regional que vinha arrefecendo. Como alude Pandolfo (2008), estes moinhos trazem consigo histórias de muitas gerações e têm um papel importante na preservação da cultura e, sobretudo, na alimentação das famílias rurais já que o consumo de grãos (milho e trigo) na forma de farinha é a base alimentar das mesmas. A exemplo do norte de Minas e de Tenente Portela, muitas outras práticas e alimentos regionais estão sendo revitalizados em todo o país, como a canjica, o mesocarpo de babaçu, as cucas, o azeite de côco, a farinha de baru, o cupuaçu, o palmito, o umbu, maxixe, jambú etc. (Vieira; Viana, s.d.).

No que diz respeito à alteração nos padrões de consumo, isto tem se repercutido tanto nas unidades familiares de produção como nos beneficiados com os alimentos. Como evidenciam Delgado *et al.* (2005), o PAA tem contribuído para o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da produção para autoconsumo das unidades familiares de produção. Produtos antes pouco valorizados ou desconhecidos passam agora a fazer parte do cardápio diário destas famílias. De acordo com Zimmermann e Ferreira (2008, p. 48),

El PAA ha sido responsable también por haber incluido productos en la dieta de las familias de los agricultores de Mirandiba, principalmente frutas y verduras que ellas poco consumían antes, cuando las consumían. Por ejemplo, berenjenas, lechugas y pimentón, y el umbú. La base del consumo de las familias antes era básicamente la mandioca, la carne de macho cabrío, la calabaza, la patata dulce y el cilantro. Antes del Proyecto, muchos agricultores no tenían árboles frutales y/o no le daban valor a las frutas nativas. “El umbú estaba abandonado, ahora está cuidado, cercado, tiene dueño”. Entre las frutas, se destaca la producción de melón, mangos, guayabas, anón, guanábana, marañón y umbú, que forman la base para la producción de pulpa comercializada.

Quanto aos beneficiados pelo acesso aos alimentos, tem-se observado sobretudo mudanças no padrão alimentar das crianças com idade escolar (Ortega, Jesus e Só, 2006; Triches e Froehlich, 2008; Zimmermann e Ferreira, 2008; Vieira e Del Grossi, 2009). Através do consumo da alimentação escolar proveniente da agricultura familiar regional, as crianças são beneficiadas com alimentos frescos, variados e com melhor qualidade, confluindo para maior aceitabilidade e consumo por parte dos alunos. Como observam Triches e Froehlich (2008, p. 16), esta melhora na qualidade tem provocado revisões nas questões valorativas: “Um alimento servido na escola e consumido e apreciado pelos colegas, modifica as concepções e valorações daquele gênero que até então era desconhecido e desqualificado”. Assim, um alimento apreciado

na escola pode ser demandado pelas crianças também em casa. Novamente remete-se ao caso do PAA em Mirandiba e seus efeitos, agora sobre a alimentação escolar.

“Ahora se consumen productos “frescos” en las escuelas y así el menú puede ser más variado. La sopa que se servía antes de los donativos era “industrializada” y ahora las escuelas hacen sopas con una variedad de productos donados por el PAA. Entre los productos a los cuales no se tenía acceso antes de los donativos, las entidades destacaron la carne de macho cabrío, la mandioca, el melón caxi, el pescado y muchas verduras. Una de las representantes comentó que su hijo de 2 años “había aprendido a comer lechuga en la guardería infantil” (Zimmermann e Ferreira, 2008, p. 52).

Vários estudos têm se reportado aos efeitos em termos de frequência, rendimento escolar e saúde das crianças. No estudo conduzido por Ortega, Jesus e Só (2006) sobre o PAA Leite na Bahia, em que cada criança consome 500 mililitros de leite tipo C na escola e ainda recebe outros 500 mililitros para serem consumidos em casa, foi verificado que no ano de 2004 houve um aumento de 51% na assiduidade das crianças na escola, o rendimento escolar aumentou em 48%, enquanto os índices ruim e regular diminuíram 59% e 53%, respectivamente. Similarmente, Cordeiro (2007, p. 55) traz o depoimento de um beneficiário do PAA da região Sudeste que afirma: “As crianças tinham muita dor de cabeça na escola por causa da fome e, com a melhoria da alimentação, diminuiu a dor de cabeça e o rendimento escolar aumentou”. Esses dados parecem sinalizar uma influência positiva do PAA no ambiente escolar a qual mereceria um trabalho mais aprofundado de investigação.

Em relação à alimentação escolar, é mister aludir que em junho deste ano foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 11.947/2009 que estende a alimentação escolar também para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos, determinando que no mínimo 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam utilizados na compra de produtos diretamente da agricultura familiar da região. Além de assegurar produtos com qualidade diferenciada aos estudantes, como mencionado acima, esta orientação constitui poderoso instrumento de dinamização econômica regional por meio do fortalecimento da agricultura familiar, dada a relevância do montante de recursos orçamentários destinados à aquisição de produtos oriundos da produção familiar pela nova lei, cerca de R\$ 600 milhões (Brasil, 2009c). Saliente-se que o PAA cumpriu importante papel ao demonstrar a viabilidade da compra direta dos agricultores familiares.

Por fim, é relevante aludir que o PAA tem contribuído para reconectar o consumo à produção. Neste sentido, Triches e Froehlich (2008, p.18) observam em Dois Irmão (RS) que

Como ponto comum em todas as experiências, aparece o diálogo entre os atores, ocorrendo uma reconexão da cadeia alimentar, em que produtores e consumidores através da proximidade, constituem relações de exigências, negociações, trocas e suportes, construindo e consolidando relações pautadas em uma moral que transcende o âmbito econômico. Na fala dos produtores há a necessidade de abastecer o mercado de merenda escolar com produtos de qualidade, já na fala dos consumidores, há a

necessidade de auxiliar os pequenos agricultores locais, para que possam obter seu sustento. Na verdade, um incorpora à sua necessidade a necessidade do outro.

O PAA articula a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, a diferenciação, as relações sociais etc., contrapondo-se ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (Triches e Froehlich, 2008). No PAA, sobretudo na “Compra para Doação Simultânea” e “Compra Direta Local da Agricultura Familiar” produtores e consumidores encontram-se articulados e compreendem a importância que um tem para o outro.

3.2 Influência nos preços, na renda e na criação de novos mercados

Como alude Schmitt (2005), o PAA sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque atua na comercialização dos produtos desta categoria social. A garantia de comercialização exprime um novo alento para estas famílias que podem lançar mão justamente da sua “pequenez”, como afirma Wilkinson (2008), para articular-se com o mercado. O PAA significa novas possibilidades de ingressar no mercado e, ao mesmo tempo – mormente, para as famílias do Sul e Centro-Oeste do Brasil –, oportunidades para distanciar-se dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas que se mostram inadequados às especificidades desta categoria social, sobretudo no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico. Aliada a esta “pequenez”, os agricultores podem somar um conjunto de valores presentes no seu “modo de vida” – a tradição, os costumes, os hábitos alimentares locais, o artesanal, o saber-fazer etc. – que encontram espaço para expressarem-se sobretudo nos mercados locais ou em mercados específicos, como este criado pelo PAA.

Além da garantia de mercado, o PAA apresenta outras contribuições. Como citam Delgado *et al.* (2005), o programa tem colaborado à recuperação dos preços regionais recebidos pelos agricultores, havendo casos em que o simples anúncio da compra pública de dado produto foi suficiente para elevar sua cotação. Em algumas situações, o mercado local absorve a produção antes mesmo das compras públicas serem efetuadas, dispensando a efetivação das mesmas (caso das compras para a formação de estoques). Esta tendência de elevação dos preços regionais também foi registrada em outros estudos (Schmitt, 2005; Ortega, Jesus, Só, 2007; Cordeiro, 2007; Soares, Barros e Magalhães, 2007; Martins, Cavalcanti, 2007; DESER, 2008; Corrêa, 2008). O depoimento coletado por Cordeiro (2007, p. 55) de um agricultor do Norte do Brasil é ilustrativo: “Antes quem comprava castanha era só o atravessador. Eram cinco grandes

comerciantes comprando para um só dono e por um só preço. Eles compravam até uma certa quantidade, depois disso só aceitavam a castanha se você desse de graça. Com a entrada da CONAB o preço subiu de R\$ 5,00 para R\$ 10,00 chegando até R\$18,00”.

Neste mesmo depoimento também é possível observar a importância que o PAA tem para fortalecer a autonomia dos agricultores em relação aos “atravessadores”/“intermediários”, ao assegurar a mediação entre consumo e produção. Em pesquisa realizada por Rocha, Cerqueira e Coelho (2007) em Irecê (BA), por exemplo, todos os agricultores entrevistados afirmaram que antes do PAA o escoamento de sua produção dependia totalmente dos atravessadores. A dependência ao atravessador e o quanto isto interfere na autonomia fica evidente no desabafo de um agricultor do Sul do país em depoimento à Cordeiro (2007): “O programa é o sonho que a gente sonhava: não vender para o atravessador”. Embora vitais em determinados contextos do país¹², os intermediários tomam parte significativa da renda que poderia ser apropriada diretamente pelas famílias rurais. Todavia, esta “mediação” pelo PAA é uma questão que precisa ser melhor aprimorada, como será discutido na segunda parte do texto.

Além de contribuir à recuperação dos preços pagos aos agricultores, o PAA tem incitado o fortalecimento ou a criação de novos mercados, revelando o potencial do programa na geração de efeitos sinérgicos (Vogt e Souza, 2009; Pandolfo, 2008; Zimmermann e Ferreira, 2008). Foi o que aconteceu com a Feira Livre do Produtor em Tenente Portela (RS), existente desde a década de 1980. Segundo Pandolfo (2008), após o início do PAA os feirantes notaram um aumento na demanda de seus produtos, isto porque, como a maioria também comercializa os produtos ao programa, estes se tornaram mais conhecidos, valorizados e demandados pelo conjunto de cidadãos e instituições que os recebem. Em Mirandiba (PE), o PAA estimulou a criação da Feira Agroecológica envolvendo 13 famílias de agricultores (Zimmermann e Ferreira, 2008)¹³.

A criação destes novos mercados é estratégica diante da preocupação que os agricultores familiares não se tornem dependentes do PAA, tendo como única opção de comercialização um programa que estabelece limites anuais de compra e ainda possui uma operação sujeita à incerteza quanto à disponibilidade de recursos. Esta preocupação tem sua importância acrescida num momento em que o programa é (ainda) concebido como uma política de governo com ações localizadas e, muitas vezes, descontinuadas, e não permanente (uma ação de Estado). Dados apresentados por Cordeiro (2007) corroboram tal inquietação, pois 39% dos entrevistados

¹² Em determinadas regiões do Brasil, a única forma de comercializar a produção é através do atravessador, seja pela distância, seja pela dificuldade de acesso ou, ainda, pelo custo. Os atravessadores são o único meio de escoar a produção, mesmo que consumindo parte da renda dos agricultores.

¹³ Todavia, deve-se mencionar que a emergência de novos mercados não tem sido recorrente em todos os contextos onde o PAA foi implementado. Segundo Gomes e Bastos (2007) no caso do PAA em Catende, Recife e Santa Maria da Boa Vista (PE), o Programa não tem conseguido criar novos canais de comercialização, sendo ele o único destino da produção estimulada pela política. Dados de Cordeiro (2007) a seguir corroboram as observações dos autores.

afirmaram vender mais de 70% da produção agropecuária ao PAA.

Garantia de preço e comercialização, efeitos indiretos nos preços e novas formas de inserção no mercado são fatores que ressoam na elevação da renda dos agricultores (Doretto e Michellon, 2007; Sparovek *et al.*, 2007; Soares, Barros e Magalhães, 2007; Mattei, 2007b; Corrêa, 2008; Lucena e Luiz, 2009). Em pesquisa no Nordeste, por exemplo, Sparovek *et al.* (2007) notam que os agricultores beneficiários possuem receitas de comercialização da produção quase três vezes superior às dos não-beneficiários, diferença esta atribuída ao PAA, e que há grande satisfação com o preço pago pelos produtos.

Esta elevação na renda apresenta reflexos na própria organização da unidade familiar. Triches e Froehlich (2008) observam em Dois Irmãos (RS) que, com a garantia da comercialização ao PAA, alguns agricultores passaram a se dedicar unicamente à atividade agrícola abandonando o trabalho na indústria coureiro-calçadista. O mesmo fenômeno é notado por Zimmermann e Ferreira (2008) em Mirandiba (PE). Segundo as autoras, antes do PAA alguns agricultores dirigiam-se na época da seca ao Vale do São Francisco, distante mais de 300 km, para trabalhar em lavouras irrigadas. Estes serviços eram pagos por dia de trabalho (entre R\$ 5,00 e R\$ 12,00), sem contrato e direitos trabalhistas. Com o PAA surgiu a oportunidade de permanência na propriedade. Outrossim, Cordeiro (2007, p.56) cita o depoimento de um participante do PAA do Nordeste: “Na minha comunidade, todos os anos de 8 a 10 jovens que concluem o ensino médio vão embora para São Paulo, todos os anos. Diante do bom resultado do projeto do PAA, 10 jovens não irão embora”.

Alguns estudos apontam para o aumento da área cultivada (Martins, Cavalcanti, 2007; Doretto, Michellon, 2007; Mattei, 2007b; Corrêa, 2008; Hespanhol, 2009) e para aperfeiçoamentos no manejo dos sistemas produtivos após ingresso no PAA (Doretto, Michellon, 2007; Mattei, 2007b; Soares, Barros e Magalhães, 2007). Para ilustrar, cita-se a pesquisa de Doretto e Michellon (2007) no Paraná onde 1/3 dos beneficiários acresceram a área cultivada e 2/3 aumentaram o “nível tecnológico”.¹⁴

Cordeiro (2007) investiga a destinação dos recursos obtidos com o Programa. Em 48% dos casos, os agricultores e suas famílias usaram este recurso para aquisição de alimentos, 26% destinaram para melhorias na produção, 6% para investimentos e 5% à aquisição de máquinas e equipamentos. Para as famílias beneficiadas com os alimentos, o PAA também expressa economia (Cordeiro, 2007; Mattei, 2007c). Segundo um beneficiário da região Sudeste: “com as doações, as famílias conseguem sobra de dinheiro para comprar roupa, remédio, pagar luz, tomar banho quente e melhorar a alimentação” (Cordeiro, 2007, p.55).

¹⁴ Categoria descritiva utilizada pelos autores.

3.3 Capital social e fortalecimento das organizações sociais

Desde a obra de Putnam (1996) sobre capital social, muitos estudos já foram feitos sobre esta temática. Capital social, segundo o autor, refere-se a um conjunto de características da organização social (confiança, normas e sistemas de participação) que tornam possíveis ações ordenadas e explicam a existência de distintas trajetórias de desenvolvimento. A partir desta obra, muitos estudos têm destacado a importância das relações sociais no interior das comunidades. Relações familiares, organizações religiosas, cooperativas, clubes desportivos, partidos, associações etc. são todas “fontes” de capital social. Entretanto, além de criticarem o determinismo histórico de Putnam (1996), autores como Fox (1996), Evans (1996) e Bebbington (1999) alegam que o problema não é a ausência de capital social ao nível das comunidades locais, mas a ausência de capital social que permita interagir com atores em outras instâncias e escalas. Destacam-se, neste sentido, as relações estabelecidas com os atores “de fora” do grupo, ou seja, atores do Estado, do mercado e da sociedade civil em diferentes escalas (local, municipal, regional, nacional). Cada uma destas esferas tem sua própria lógica e influencia de modo distinto a distribuição, o controle e a transformação dos recursos necessários à reprodução das famílias rurais. É necessário, portanto, a habilidade dos atores para administrar estas relações e aproveitar-se do que pode ser obtido em uma esfera complementando com ações em outras.

O PAA apresenta arranjos institucionais que confluem com as observações dos autores citados. As modalidades “Compra para Doação Simultânea” e “Compra Direta Local da Agricultura Familiar”, em especial, envolvem um vasto conjunto de atores oriundos da esfera pública e da sociedade civil, localizados em diferentes escalas. O caso do PAA em Tenente Portela (RS) pode ser elucidativo neste sentido. A execução ao nível local incitou a organização de um grupo gestor envolvendo 16 instituições (públicas e privadas). Estas instituições foram organizadas em três grupos temáticos (Organização da Produção, Organização dos Beneficiários e Apoio Logístico) visando atender as necessidades de planejamento da produção, organização dos produtores e dos beneficiados, e logística do programa (Vogt e Souza, 2008). Esta rede local, por sua vez, está articulada regionalmente (Comitê Gestor Regional¹⁵) e, ainda que com diferentes níveis de interação, nacionalmente com a estrutura do PAA (CONAB, MDS, MDA, CONSEA), onde também estão presentes atores das esferas mencionadas¹⁶.

Como mostram Muller *et al.* (2007), Mattei (2007b) e Gomes e Bastos (2007), em cada

¹⁵ O PAA em Tenente Portela é gerido pela Cooperfamiliar – Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela e Região –, que também coordena o PAA em mais cinco municípios. O Comitê Gestor Regional é formado por dois representantes de cada Comitê Gestor Municipal (Pandolfo, 2008).

¹⁶ Ver também Almeida e Ferrante (2009) que evidenciam que o PAA foi capaz de constituir-se enquanto uma rede com forte grau de coesão social em Araraquara – SP.

contexto, o PAA assume arranjos institucionais peculiares. O conjunto de órgãos públicos federais e locais (MDS, CONAB, administrações locais, órgãos de assistência técnica etc.), movimentos sociais (sindicatos, federações, conselhos, associações, cooperativas etc.) e ONGs podem estar envolvidos em distintos graus na implementação do PAA nos diferentes contextos do país. Aliás, esta “capacidade de adaptação às diferentes realidades locais/regionais para promover o atendimento aos diferentes públicos” é um dos pontos positivos do Programa, conforme avaliado durante o seminário de cinco anos do PAA (Brasil, s.d.).

Estudos têm revelado que quanto maior o envolvimento de associações, cooperativas, organizações não-governamentais e outros atores sociais e/ou quanto mais as instituições estiverem consolidadas, mais efetivos são os resultados do PAA (Muller, Fialho e Schneider, 2007; Botelho Filho *et al.*, 2007). Contudo, esta interação entre os atores locais nem sempre é harmoniosa. Estudos sinalizam para a necessidade de uma participação mais ativa das prefeituras, sobretudo na modalidade “Compra para Doação Simultânea” onde a logística do programa ainda é incipiente (Zimmermann e Ferreira, 2008). Ademais, muitas prefeituras não estão acostumadas ou dispostas a trabalhar com projetos de cunho estruturante e não assistencialista ou, ainda, diferenças político-partidárias limitam o andamento do programa (especialmente na linha “Compra Direta Local da Agricultura Familiar”, cuja gestão fica sob encargo das mesmas). Relações sinérgicas entre organizações e administrações locais podem confluir com resultados do PAA. Como evidencia Mattei (2007b, p.20) em Santa Catarina, “nos municípios onde existem movimentos sociais organizados e também uma tradição de diálogo democrático entre as administrações e órgãos públicos e esses movimentos, o processo transcorreu de forma mais harmoniosa, estimulando, inclusive, a participação de organizações da sociedade local, especialmente dos sindicatos e das associações dos agricultores familiares”.

O envolvimento de várias instituições no programa tem ecoado no fortalecimento das mesmas (Muller, 2007, Cordeiro, 2007). Segundo Cordeiro (2007), este foi o principal impacto do PAA citado pelo conjunto dos atores abrangidos (fornecedores de alimentos, proponentes do programa e beneficiários). Algo semelhante foi observado no Seminário de cinco anos do PAA (Brasil, s.d.) em que destacou-se a contribuição do Programa para o “reconhecimento e fortalecimento das organizações representativas da agricultura familiar”.

O PAA também incitou o surgimento de novas organizações. Em Mirandiba (PE), por exemplo, foi criada em 2007 a Cooperativa das Associações dos Agricultores Familiares de Mirandiba (COOAFAM) a partir das associações que efetuam as entregas dos alimentos. Processo análogo aconteceu em Dois Irmãos (RS), onde a possibilidade de um novo mercado instigou a criação de associações de agricultores (apicultores e cunicultores) (Triches, Froehlich,

2008). Na Bahia, na modalidade do PAA- Leite, os produtores passaram a formar associações com fins a montar seus próprios laticínios (Ortega, Jesus e Só, 2006).

4. O PAA: algumas limitações

Em que pesem as contribuições do PAA, permanecem algumas limitações que dificultam sua operacionalização e melhor desempenho, muito embora tais limites não comprometam sua continuidade. A seguir, expõem-se alguns destes limites, enfatizando sobretudo a divulgação restrita desta política pública, o desconhecimento por parte dos beneficiários dos objetivos e da dinâmica do programa, a questão da seleção dos beneficiários e alguns problemas de logística (atraso na liberação dos recursos, dificuldades com o transporte dos produtos etc.).

4.1 Conhecimento em relação ao programa

Uma das principais limitações apontadas pela grande maioria das avaliações diz respeito à divulgação restrita do Programa (Doretto e Micheollon, 2007; Sparovek *et al.*, 2007; Cordeiro, 2007). Conforme Cordeiro (2007), a pouca divulgação impede que um número maior de pessoas tenha acesso ao PAA, sendo que o principal veículo de tomada de conhecimento tem sido as redes sociais. Cabe destacar, contudo, uma preocupação dos gestores referente ao descompasso existente entre o crescimento do número agricultores que buscam acessar o PAA e a sua oferta orçamentária. Provavelmente, este seja um dos motivos que tenham limitado a divulgação.

Concomitante a restrita divulgação, as avaliações sinalizam para a falta de clareza dos participantes do programa em relação aos objetivos e procedimentos do mesmo (Botelho *et al.*, 2007; Gomes e Bastos, 2007; Brasil, s.d.). Como elencam Gomes e Bastos (2007, p. 19) nos casos de Santa Maria da Boa Vista, Catende e Recife (PE), os agricultores desconhecem os objetivos do PAA, confundindo-o muitas vezes “com um simples crédito de custeio ‘financiado’ pela CONAB”; os beneficiários, por sua vez, ignoram o programa e a origem dos alimentos (agricultura familiar); e entre os mediadores, além do desconhecimento de muitos, “prevalece um desconcerto geral quanto aos seus papéis” fruto da predominância da cultura do produtivismo, onde a segurança alimentar e os “pequenos” agricultores têm pouco espaço.

As avaliações indicam sobretudo para o desconhecimento em relação às instâncias de controle social (Doretto e Michellon, 2007; Sparovek *et al.*, 2007; Rocha, Cerqueira e Coelho, 2007; Botelho *et al.*, 2007; Cordeiro, 2007; Corrêa, 2008). Em pesquisa no Paraná, Doretto e Michellon (2007) notam que mais da metade dos agricultores entrevistados ignorava a existência

do Conselho Municipal incumbido de acompanhar o programa e quase a totalidade desconhecia suas atribuições. Por sua vez, Cordeiro (2007) destaca que quando o Conselho foi referido pelos participantes, estes, muitas vezes, apontaram a sua ineficiência. “Conseqüentemente, na grande maioria dos casos, a gestão e acompanhamento dos projetos têm sido feitos pelas próprias organizações proponentes, em parte com apoio da prefeitura, Emater, STR [Sindicatos dos Trabalhadores Rurais], ONG’s e outras instituições” (Cordeiro, 2007, p. 33). Ressalta-se a importância das instâncias de controle social, pois estas podem apurar as distorções do programa ao nível local, a qualidade e a quantidade dos produtos comercializados e os usos da política pública (Doretto e Michellon, 2007). Conselhos Municipais são espaços propícios ao diálogo entre as necessidades da “produção” e as demandas do “consumo” (Triches e Froehlich, 2008). São espaços mediadores que aproximam o setor privado e público, criando relações de confiança e mútuo respeito, gerando conhecimentos e benefícios para ambas as partes. O aprofundamento do debate sobre os mecanismos de controle social do programa, tanto no que se refere aos processos como às instâncias envolvidas, coloca-se, ainda, como um desafio.

4.2 Seleção dos agricultores beneficiários

Estudos sinalizam a escolha das áreas favorecidas como um limite do PAA dado que, de regra, é seguido o critério de oferta alimentar e, mais do que tudo, da demanda das organizações proponentes pelo programa, e não de maior retorno social, onde a insegurança alimentar assume maior gravidade e a agricultura familiar é menos consolidada (Sparovek *et al.*, 2007; Soares, Barros e Magalhães, 2007). Para Sparovek *et al.* (2007, p. 64), “a falta de um cadastro para participação [dos agricultores] no PAA limita a possibilidade de definir critérios (geográficos e socioeconômicos) de forma a priorizar aqueles mais necessitados”. Ademais, muitos agricultores são excluídos por não atenderem às exigências argüidas (Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, infraestrutura etc.), sendo estes, talvez, os que mais precisassem do PAA.

Todavia, deve-se ponderar que o PAA exige elevada contrapartida em organização social e nem todas as organizações são capazes de responder a esta necessidade. O Programa se expressa nos locais na forma de rede, interligando unidades familiares de produção e estas com associações e cooperativas, poder público, entidades sociais, famílias beneficiadas e todos com instâncias estaduais e com a estrutura nacional do Programa. Este arranjo requer um conjunto não desprezível de recursos humanos e materiais das organizações proponentes para “sustentar” o PAA. Mas, estas condições não estão presentes em todas as organizações sociais, agravando-se quiçá à medida que o nível de pobreza dos associados se acentue. Por conseguinte, onde o PAA tomaria maior relevância e retorno social, é exatamente onde se tem dificuldades de execução.

4.3 Aspectos operacionais e logísticos do PAA

Outro problema citado pelas avaliações diz respeito à documentação exigida para acessar o programa. Agricultores familiares, pescadores e extrativistas indicaram a necessidade da DAP como o principal problema (Cordeiro, 2007). Embora a política atenda também agricultores acampados da reforma agrária, a exigência de apresentação de um documento comprobatório da posse da terra a ser explorada para acessar a DAP restringe a participação de muitos agricultores¹⁷. Não obstante, a DAP tem sido um dos principais recursos para diferenciar agricultores familiares de outras categorias sociais ou empresas que vêm no programa uma possibilidade de inserção no mercado¹⁸. Quanto às instituições proponentes, estas, não raro, enfrentam dificuldades estruturais que as colocam em situação de débito, o que impede a obtenção de certidões negativas. Já para as instituições beneficiárias, a informalidade de muitas (ausência de cadastro de pessoa jurídica) inviabiliza a participação no PAA (Cordeiro, 2007).

Ingressando no programa, o atraso na liberação dos recursos tem sido outra limitação às instituições e agricultores (Cordeiro, 2007; Gomes e Bastos, 2007; Doretto e Michellon, 2007; Botelho *et al.*, 2007; Carvalho, 2007; Brasil, s.d.). Segundo Cordeiro (2007), esta dificuldade foi citada em todas as oficinas realizadas nas várias regiões do Brasil. Conforme a autora, “os participantes argumentaram que os atrasos criam dificuldades políticas para as associações e cooperativas junto aos associados, dificultam o abastecimento da lista de produtos aprovada no projeto, criam dificuldades financeiras para os produtores e desestimulam a participação”. Este é um problema observado desde o começo do PAA, frustrando agricultores e mediadores, e gerando descrédito em relação a esta política pública e às ações do Estado.

Outro problema é a dificuldade para transportar os produtos do local de produção até o de consumo (Botelho *et al.*, 2007; Cordeiro, 2007; Brasil, s.d.). As grandes distâncias¹⁹, as condições das estradas (no Norte do Brasil, o transporte fluvial toma grande importância), as carências de veículos e o custo elevado são fatores que limitam a participação e a operacionalização do Programa. A logística da política tem sido muito variada: em alguns casos

¹⁷ Para obter uma DAP o agricultor familiar deve recorrer a um dos órgãos oficialmente autorizados a emitir esse documento, podendo ser uma entidade oficial de assistência técnica e extensão rural, um sindicato ou outra organização credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ver Portaria nº 47 de 26 de novembro de 2008 publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2008. Seção 1, p. 122). É demandada, também a apresentação de documento que comprove a posse da terra a ser explorada: escritura, título, contrato de arrendamento, contrato de parceria, contrato de comodato, documento que comprove a posse mansa e pacífica ou outro registro que evidencie o domínio sobre o imóvel. Este item é dispensado quando a atividade da família interessada não está vinculada a uma unidade fixa de terra, como os pescadores ou extrativistas.

¹⁸ Ver Bastos (2009) que apresenta os desafios que o PAA Leite vem enfrentado no Rio Grande do Norte para garantir a exclusividade da agricultura familiar no mercado institucional do PAA.

¹⁹ As distâncias entre produção e consumo no PAA variam de 12 a 600 km, sendo 140 km a média (Cordeiro, 2007).

os agricultores trazem os alimentos até um dado ponto e a instituição responsável ou a prefeitura (nos casos em que há parcerias) se encarrega de repassar às entidades beneficiadas; em outros, os agricultores entregam diretamente às entidades beneficiadas; ou, ainda, a instituição responsável coleta os produtos nas residências dos agricultores e repassa às entidades sociais. Em todos os casos, o transporte é um obstáculo. Os depoimentos colhidos por Cordeiro (2007) elucidam: “Na nossa escola quem entrega os alimentos é o próprio produtor. Ele vai de canoa e carroça, pois não passa carro lá. Anda uns 8 Km saindo da associação para chegar na Ilha do Canto” (beneficiário, Região Nordeste); “O transporte dos produtos é difícil porque a produção é muita e o barco que faz esse transporte é pequeno e de recreio e são seis horas de viagem. (...) Muitos produtores não plantam porque não tem como vender” (agricultor, Norte/ Amazônia Oriental).

A falta de assistência técnica é outro fator limitante (Doretto e Michellon, 2007; Mattei, 2007b; Mattei, 2007c; Gomes e Bastos, 2007; Rocha, Cerqueira e Coelho, 2007; Botelho *et al.*, 2007). Os agricultores sentem dificuldades para organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA, o que, possivelmente, seria facilitado se a assistência técnica estivesse atrelada ou apoiando o Programa. Como advertem Mattei (2007b; 2007c) e Rocha *et al.* (2007), faz-se necessário uma melhor articulação entre as políticas de apoio à produção e as políticas de apoio à comercialização. Por outro lado, é mister ponderar que as instituições de assistência técnica nos Estados vêm sofrendo processos de desestruturação, o que interfere na quantidade e qualidade dos seus recursos materiais e humanos e, por conseguinte, na capacidade de cumprirem com seus papéis nos arranjos institucionais do PAA.

Por fim, é relevante citar as deficiências de estrutura de armazenamento e conservação dos alimentos até o momento do consumo; a carência de serviços de inspeção sanitária limitando a inclusão de produtos de origem animal; no caso da pesca, a ausência de energia e equipamentos de refrigeração restringe a participação de muitas famílias; o mesmo acontece com entidades e escolas favorecidas com as doações que, carecendo de energia elétrica e refrigeração, ficam excluídas do programa por não ter como conservar os alimentos (Cordeiro, 2007).

5. Considerações finais e agenda de pesquisa

Observou-se neste trabalho a aplicação crescente de recursos e o aumento do número de agricultores familiares beneficiados com o PAA. Em 2008 esses indicadores atingiram sua melhor marca. Embora sejam modestos tanto os recursos, quanto o número de agricultores, quando comparados aos dados de outros programas, o PAA tem apresentado resultados importantes e tem atingido um número significativo de pessoas em insegurança alimentar.

Em relação às famílias beneficiadas com os alimentos, evidenciou-se que o PAA atende um número elevado de pessoas em condições de insegurança alimentar, melhorando a qualidade e quantidade da alimentação e, ao que tudo indica, a frequência e desempenho das crianças nas escolas. No que concerne às famílias rurais, o Programa tem contribuído na garantia de comercialização, na alteração da matriz de produção e consumo e no fortalecimento de suas organizações. Como observam muitos estudos, isto tem provocado alterações na auto-estima dos agricultores e suas famílias, os quais se sentem estimulados à produção agropecuária. Neste sentido, pode-se afirmar que o Programa é uma relevante política pública para a segurança alimentar e a agricultura familiar.

Todavia, o PAA apresenta também alguns limites, sendo os principais, a falta de divulgação e o desconhecimento dos seus objetivos e forma de funcionamento pelos beneficiários; o atraso na liberação dos recursos; dificuldades com o transporte; a falta de assistência técnica e problemas na obtenção da DAP. O programa carece, também, de avançar em termos do marco legal e de sua institucionalidade, de modo a conferir-lhe todos os atributos de uma política pública no tocante, entre outros, às ações dos vários setores envolvidos e ao montante e regularidade na liberação de recursos.

Visando contribuir com o Programa e com os estudos decorrentes deste, a seguir são postas algumas questões que nos pareceram pertinentes à continuidade e expansão desta política. É importante aludir que uma das limitações para a realização de novas pesquisas está relacionada à dificuldade de obter dados sistematizados e uniformes sobre o PAA por questões já referidas. Esta deficiência afeta não só as avaliações e estudos futuros, mas o monitoramento do Programa pelos gestores públicos, sabendo-se que este é uma constância na execução das políticas públicas.

Inquirir sobre a intersectorialidade do Programa: investigar como tem sido a participação dos diferentes Ministérios e dos Conselhos na gestão e no controle social da política; como tem sido o processo de negociação entre os Ministérios em face dos objetivos e públicos prioritários de cada setor e as dificuldades de implementar uma política de corte intersectorial;

Investigar a condição nutricional das famílias beneficiadas com o Programa (agricultores e famílias que recebem as doações). Existem estudos que sinalizam para alterações nos padrões de consumo de ambas a partir do programa, contudo desconhecem-se pesquisas que realizem avaliações nutricionais. Conhecer estes dados pode contribuir para melhor controle dos produtos adquiridos pelo PAA, seja do ponto de vista da qualidade sanitária, seja da diversidade de alimentos comercializados, contemplando o maior número de nutrientes possível.

Aprofundar os estudos quanto às alterações nos padrões alimentares, enfatizando também os

agricultores familiares. A maioria dos estudos tem focado a questão da segurança alimentar do ponto de vista das famílias beneficiadas com os alimentos, todavia, ressalta-se a importância de considerá-la também em relação aos agricultores. Como mostra a PNAD (2004), os índices de insegurança alimentar são relativamente maiores no Brasil rural. É mister indagar como o PAA tem afetado a alimentação destas famílias, sobretudo no que concerne a quantidade e qualidade da produção para autoconsumo;

Pesquisar o público beneficiado com os alimentos: quem recebe estes alimentos; como são selecionadas estas pessoas; como compreendem o programa; quais as mudanças provocadas a partir do mesmo e seus reflexos em termos de empoderamento dos atores sociais;

Estimar a quantidade de produtos agroecológicos ou orgânicos adquiridos pelo programa e analisar como tem se dado o processo de certificação desta produção;

Investigar como tem ocorrido a definição dos preços pagos, a seleção dos produtos a partir de seus preços e a relação com os preços regionais e os “preços de mercado” de um modo geral. Por exemplo, como considerar a participação das agroindústrias que produzem em pequena escala, sabendo que o custo de produção e, portanto, o preço do produto é mais elevado do que o “preço de mercado”? Ou, como definir o preço de um produto e a sua participação no PAA cujo custo de transporte em função da distância é mais elevado que o “preço de mercado”?

É necessário maior aprofundamento sobre os impactos econômicos do PAA: investigar se o PAA tem conseguido estimular a criação de novos mercados e averiguar o impacto na renda das unidades familiares e das famílias beneficiadas com os alimentos, considerando o comportamento da renda em vários anos (alguns estudos têm apresentado resultados em relação a esta questão para os agricultores familiares, contudo, geralmente trata-se de pesquisas anuais, sendo que outros fatores, para além do PAA, podem interferir no resultado da renda familiar);

Investigar como tem ocorrido a logística de mediação entre a produção e o consumo, sobretudo no que concerne ao transporte dos produtos e o custo deste às organizações, agricultores e consumidores;

Identificação dos parceiros do programa: sabendo que as organizações sociais são atores “chaves” ao desempenho do programa é importante conhecer quem são estas organizações, quais delas podem participar, quais são os custos e benefícios, e como têm conseguido reagir à dinâmica necessária à execução do PAA;

Arranjos institucionais: alguns estudos têm analisado os arranjos institucionais do programa, contudo há poucas informações sobre o quanto isto tem significado em termos de envolvimento e participação dos agricultores e das famílias beneficiadas com os alimentos nas decisões e na organização do PAA.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, L.M.M.; FERRANTE, V.L.S. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. In: *Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre: SOBER, 2009.
- BASTOS, F. Rede de controle social para o PAA/Leite-RN: novas institucionalidades para inserção da agricultura familiar. In: *Anais XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro: SBS, 2009.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*. v.27, n.12, p.2021-2044, 1999.
- BOTELHO FILHO, F.B. *et al.* Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos nas regiões nordeste e sul do Brasil. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. *Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*, n.5, 2007.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010*. Brasília: MDA/SAF, 2009a. Disponível em: www.mda.gov.br . Acesso em 25/07/2009
- _____. *Alimentação escolar: MP 455 é sancionada em Brasília*. Notícia publicada em 16/06/2009, 2009c. Disponível em: www.mda.gov.br . Acesso em 17/06/2009.
- _____. *Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009*. Brasília: MDA/SAF, 2008. Disponível em: www.mda.gov.br , acesso em jan./2009.
- _____. *Resultados do PRONAF*, 2007. Disponível em: www.mda.gov.br , acesso em jan./2009
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa de Aquisição de Alimentos faz seis anos com investimentos de R\$ 2,2 bilhões*. Notícia publicada em 10/07/2009, 2009b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/> Acesso em 13/07/2009.
- _____. *Programa de Aquisição de Alimentos*. s/d.a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> . Acesso em abr./2009.
- _____. *Seminário PAA: PAA 5 anos: balanço e perspectiva*. s/d.b Disponível em: <http://www.mds.gov.br/> Acesso em 20/05/2009.
- CARVALHO, I.S.H. *Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas*. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – Bsb. 165 p., 2007.
- CORDEIRO, A. *Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários*. Brasília: CONAB, 2007.
- CORRÊA, F.C.M. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios/UnB, 2008.
- DELGADO, G.C *et al.* *Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar*. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para discussão, 1145).
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). *O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: uma Avaliação*. Curitiba: DESER, 2008.
- DORRÉTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos. *Sociedade e desenvolvimento rural*. v.1, n.1, 2007.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.
- EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. *World development*, v.24, n.6, p.1119-1132, jun. 1996.
- FOX, J. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. *World development*, v.24, n.6, p.1089-1103, jun. 1996.
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre/RS, 287p., 2004.
- GOMES, A.; BASTOS, F. Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. *Sociedade e desenvolvimento rural*. v.1, n.1, 2007.
- HESPANHOL, R.M. O programa de aquisição de alimentos (PAA) na região de Dracena (SP). In: *Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre: SOBER, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD – Suplemento: Segurança Alimentar 2004*. Rio de Janeiro, 2004.

- LUCENA, E.K.; LUIZ, J.M. Uma avaliação da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na agricultura familiar do município de Ceará Mirim (RN). In: *Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre: SOBER, 2009.
- MARTINS, S.P.; CAVALCANTI, L.I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. *Sociedade e desenvolvimento rural*. v.1, n.1, 2007.
- MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. *Cadernos do CEAM (UnB)*, v.7, p. 33-44, 2007a.
- _____. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. *Sociedade e desenvolvimento rural*. v.1, n.1, 2007b.
- _____. *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do Estado de Santa Catarina*. In: Anais XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Fortaleza: SOBER, 2007c.
- MULLER, A.L. *A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre – RS, 2007.
- MULLER, A.L. *et al.*. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. *Sociedade e desenvolvimento rural*. v.1, n.1, 2007.
- ORTEGA, A.C; JESUS, C.M.; SÓ, L.L.S. O PAA-leite na Bahia e em Minas Gerais: uma avaliação preliminar de seus modelos de implementação. *Cadernos do CEAM*. Ano V, n. 24, p.57-89, ago./2006.
- PANDOLFO, M.C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. *Agriculturas*, v.5, n.2, jun./2008. P.14-17
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) *Ecología, campesinato y historia*. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-195.
- PUTNAM, R.D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ROCHA, A.G.P.; *et al.* Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. *Sociedade e desenvolvimento rural*. v.1, n.1, 2007.
- SCHMITT,C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIV, n.2, p. 78-88, abr./mai./jun., 2005.
- SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. 159 p.
- SOARES, A.; BARROS, A.R.; MAGALHÃES, A.M. Estudo sobre os benefícios do PAA-leite: produtores e consumidores. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. *Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*, n.5, 2007.
- SPAROVEK, G. *et al.* Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região nordeste. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. *Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*, n.5, 2007.
- SURITA, R. Alimentando a cidadania. *Agriculturas*, v.1, n.0, p. 8-10, set./2004.
- TRICHES, R.M.; FROEHLICH, E. Reconectando o consumo à produção: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: *II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*. Porto Alegre: PGDR, 2008.
- VIEIRA, D.F.A.; DEL GROSSI, M.E. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos em três características da comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu – MG. In: *Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre: SOBER, 2009.
- VIEIRA, D.F.A.; VIANA, C.A.S. *O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar*. s.d. Disponível em: www.conab.gov.br . Acesso em: 17/01/2009.
- VOGT, S.P.C.; SOUZA, R.S. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Ceilero – RS. In: *Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre: SOBER, 2009.
- _____. Políticas públicas e segurança alimentar: estudo de caso do Programa de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portela-RS. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção*. Fortaleza: SBSP, 2007
- ZIMMERMANN, S.A.; FERREIRA, A.P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. *Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales*. Rio de Janeiro: Actionaid, 2008.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 1999. p. 23-56.

WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.125-150, 2008.